

3

Sistema tático

A teoria desenvolvida (a partir dos anos 60) por Michael Halliday segue a linha funcional de pensamento sobre a linguagem. Na introdução da segunda edição de sua gramática (Halliday, 1994), Michael Halliday explica que uma gramática funcional é essencialmente uma gramática natural, pois tudo nela pode ser explicado, em última instância, tendo como referência a forma como a língua é usada. Daí se apreende que os componentes fundamentais do significado na língua são os componentes funcionais.

A descrição funcional da língua envolve identificar, por um lado, todas as várias funções que são incorporadas na gramática, e por outro, todas as diferentes configurações pelas quais essas funções são definidas – ou seja, todas as possíveis estruturas que servem para expressar algum significado na língua. Segundo Neves (2001), entende-se por “gramática funcional”, em geral, “*uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social*”. Essa é uma teoria que entende a gramática ligada ao uso da linguagem.

Halliday e Matthiessen, que dividem a autoria da terceira edição da gramática, explicam sua visão desta forma:

Usamos a linguagem para dar sentido a nossa experiência, e realizar interações com os outros. Isso quer dizer que a gramática precisa interagir com o que acontece fora da linguagem: com os acontecimentos e condições do mundo, e com os processos sociais em que nos engajamos. Mas ao mesmo tempo ela deve organizar a construção da experiência e o desempenho dos processos sociais, de modo a que possam ser transformados em fraseado (Halliday e Matthiessen 2004, p. 24-25).

A teoria de Halliday ganha, além disso, o nome de sistêmica por representar a gramática da língua como redes sistêmicas, e não como um inventário de estruturas (Halliday e Matthiessen 2004, p. 23). A estrutura, aqui, é vista como a forma aparente assumida pelas escolhas sistêmicas, e não como características que

definem a língua. A linguagem é um recurso para criar significado, e o significado reside em padrões de escolha.

Como resume Eggins (2004, p. 20), em uma abordagem semântico-funcional, tenta-se descrever duas dimensões do uso da língua. Primeiramente, quais são as escolhas que as pessoas podem fazer? A resposta a esta pergunta gera a descrição do sistema linguístico. Em segundo lugar, qual é a função da escolha que foi feita? Esta resposta permite descrever como a língua é usada em diferentes contextos sociais, para atingir diversos objetivos culturais.

Por tentar dar conta de ambas as indagações, como explica Eggins (2004, p. 21), a linguística sistêmica tem como característica a busca por desenvolver *tanto* uma teoria sobre a linguagem como processo social *quanto* uma metodologia analítica que permite uma descrição detalhada e sistêmica dos padrões da linguagem. A teoria sistêmica é elaborada “menos para provar coisas do que para fazer coisas. É uma forma de práxis” (Halliday 2003, p. 197). O autor afirma a função dupla da linguagem, tanto em sua natureza quanto em seu desenvolvimento, como sendo, ao mesmo tempo, e inseparavelmente, um meio de ação e um meio de reflexão, e enfatiza que a linguística, como metalinguagem, tem de servir ao mesmo propósito duplo. “A teoria sistêmica é explicitamente construída para ser usada tanto para pensar quanto para agir”, diz Halliday (2003, p. 197-198).

A teoria sistêmica, portanto, é uma forma de pensar sobre a linguagem e de trabalhar com a linguagem – e através da linguagem, com outras coisas. Mas também é um sistema simbólico; e, como qualquer criança sabe, símbolos não afetam coisas, apenas pessoas. Portanto “aplicar” a linguística é usar uma teoria linguística para atuar sobre as pessoas. (...) por isso, ao refletir sobre como as pessoas se comunicam, provavelmente estaremos também agindo sobre seus processos comunicativos (Halliday 2003, p. 197-198).

Comum a todos os linguistas sistêmicos é um interesse pela linguagem como semiótica social – como as pessoas usam a linguagem entre si no decorrer da vida social cotidiana. Este interesse leva os linguistas sistêmicos a propor quatro pontos principais acerca da linguagem (Eggins 2004, p. 3): 1 – que ela é funcional; 2 – que sua função é criar significados; 3 – que esses significados são influenciados pelo contexto social e cultural em que são negociados; 4 – que o processo de utilização da linguagem é um processo *semiótico*, ou seja, um processo de construção de significados através de escolhas.

A linguística sistêmica pesquisa a maneira como a linguagem é usada em diferentes contextos sociais, para atingir diversos objetivos culturais (Eggins 2004, p. 20). Cada instância desse uso da linguagem constitui um *texto* (id, p. 2), “um produto autêntico da interação social, a ser considerado em relação ao contexto cultural e social em que é negociado”. Uma das aplicações da Linguística Sistêmico-Funcional é, portanto, compreender a qualidade dos textos; porque um texto tem um certo significado, e porque é avaliado de uma certa forma (Halliday 2004, p. 3).

Texto, contexto e cultura estão intimamente ligados. Para Eggins (2004, p. 8), uma evidência de que linguagem e o contexto são interligados é nossa habilidade de deduzir o contexto a partir do texto. O fato de que ao simplesmente ler ou ouvir um texto podemos descobrir muito sobre sua fonte sugere claramente que de alguma forma o *contexto está no texto* (Eggins 2004, p. 7): fazem parte do texto aspectos do contexto em que foi produzido e daquele no qual, presumivelmente, seria considerado adequado.

Os diferentes tipos de situação com que lidam os falantes geram diferentes tipos de texto; mas, se entendermos as propriedades semióticas de uma situação, podemos fazer previsões sobre os significados mais prováveis de serem negociados, da mesma forma que aqueles que interagem fazem previsões e assim facilitam sua própria participação na interação (Halliday 2003, p. 195)

Para um linguista, descrever a linguagem sem levar em conta o texto é estéril; descrever o texto sem relacioná-lo à linguagem é vazio (Halliday 2003, p. 196).

Da importância atribuída ao fato de que o uso da língua constrói a realidade e da relação próxima estabelecida entre o uso da linguagem e o contexto em que ele ocorre, podemos concluir então, como diz Eggins (2004, p. 4), que a pesquisa sistêmica se interessa pela fala e pela escrita autênticas de pessoas interagindo em contextos sociais que ocorrem naturalmente.

3.1 Sistemas e Funções

Na teoria de Halliday, a língua é vista como um sistema de significados – um sistema semiótico. Halliday explica (por exemplo, em Halliday 2003, p. 2) que

usa “semiótico” como “que tem a ver com significado (semiosis)”; portanto, um sistema semiótico é aquele através do qual o significado é criado e significados são negociados. Os seres humanos utilizam diversos sistemas semióticos, alguns simples e outros bastante complexos. Halliday afirma que “uma língua é quase certamente o mais complicado sistema semiótico que temos; também é um sistema bastante difuso, tanto no sentido de que seus próprios limites não são claros e no sentido de que sua organização interna é repleta de indeterminação” (Halliday 2003, p. 2).

Uma língua não é um sistema bem definido, e não pode ser igualada ao “conjunto de todas as frases gramaticais”, seja este conjunto finito ou infinito, diz Halliday (2003, p. 192-193). Portanto, uma língua não pode ser interpretada através das regras que definem esse conjunto. A língua é um sistema semiótico: não no sentido de um sistema de signos, mas um recurso sistêmico de significado – o que Halliday denomina um **potencial de significado**. A linguística, portanto, é o estudo de como as pessoas negociam significados *usando* a linguagem (Halliday 2003, p. 192-193).

Se a língua é um sistema semiótico, então o processo de utilização da linguagem é um processo de criação de significados através de escolhas (Eggins 2004, p. 20). O significado é construído através de escolhas, que “selecionam opções que surgem no ambiente de outras opções” (Halliday 2003, p. 8). Essas escolhas podem ser representadas na forma de redes de sistemas, o que dá o nome de sistêmica à teoria. A representação através de uma rede de sistemas modela o potencial de significado do sistema da língua. Como a língua é o potencial semiótico, a descrição da linguagem é uma descrição de escolhas. Os vários níveis do “código” semiótico são redes interligadas de opções (Halliday 2003, p. 193).

Ao fazer uma escolha em um sistema linguístico, o que uma pessoa escreve ou diz obtém significado ao ser interpretado em comparação com o que poderia ter sido significado (dito ou escrito) naquele contexto, mas não foi. Essas escolhas mais complexas são feitas a partir de sistemas que oferecem um conjunto de escolhas, que são abertas uma vez que uma condição de entrada seja satisfeita, ou seja, uma vez que uma escolha é feita no sistema, escolhas mais específicas são abertas (Thompson e Hunston 2007, p. 5). As escolhas são feitas no eixo paradigmático, ou seja, a escolha de um ou outro item lexical ou estrutura entre possíveis opções envolve o falante em um processo de criação de significado, no qual é preciso escolher quais aspectos de contraste se deseja enfatizar, como

explica Eggins (2004, p. 16). Qualquer que seja a escolha, o significado de cada palavra vem, em parte, do contraste dela com as outras palavras possíveis. A escolha, por exemplo, de *moleque*, tem como pano de fundo o fato de que se poderia ter escolhido *menino*, *garoto* ou *criança*; a audiência reconhece isso, e portanto interpreta a escolha como refletindo atitude negativa, já que outra escolha poderia refletir uma atitude neutra. Identificar os sistemas de escolhas lexicais envolve reconhecer que as palavras trazem em si oposições significativas, e que o processo de escolha de um item lexical é um processo semiótico (Eggins 2004, p. 16).

Halliday explica o papel das funções da linguagem a partir do aprendizado da língua por uma criança (Halliday 2003, p. 15-16). Segundo ele, ao aprender sua primeira língua, as crianças estão, ao mesmo tempo, aprendendo *através* da língua, ou seja, a língua que aprendem serve como ferramenta para aprender todo o resto. Observando essas crianças, vemos que utilizam a linguagem para construir um modelo teórico de sua própria experiência. E isto, assinala Halliday, é a linguagem em sua função *experiential*: os padrões de significado instalam-se no cérebro e continuam a expandir-se, em larga escala, à medida que a criança, com a cooperação de todos ao redor, constrói, renova e conserva a “realidade” semiótica que fornece a estrutura da existência cotidiana e se manifesta a cada momento do discurso. “Devemos enfatizar”, diz ele, “que a gramática não está simplesmente *comentando* a experiência, e sim a está *construindo* – teoricamente, da forma que chamamos ‘compreensão’.”

Halliday adota o ponto de vista de que não existe uma “realidade” preexistente, pronta para ser significada; na verdade, a realidade deve ser construída ativamente, e a linguagem evoluiu tanto no processo dessa construção quanto como instrumento dela (Halliday 2003, p. 145).

Paralelamente a essa evolução da linguagem, desde o princípio, essa função que constrói se combina a outra forma de significado, o da *atuação*: a realização dos encontros interpessoais que são essenciais à sobrevivência, e que vão desde os breves encontros da vida cotidiana às relações mais institucionalizadas que constituem coletivamente os laços sociais (Halliday 2003, p. 15-16). Esse aspecto, ensina Halliday, é a linguagem em sua função *interpessoal*, que inclui significados mais pessoais, de atitude ou avaliação, prazer e desprazer, e outros estados emocionais.

O estudo dessas duas funções com relação ao potencial de significado (Halliday 2003, p. 17) revela que, de modo geral, é possível dar qualquer sentido interacional a qualquer conteúdo representacional, e é essa liberdade que torna possíveis ambas as formas de significado – mas através de uma terceira. Chegamos assim à terceira função, que engloba os sistemas relacionados à organização do enunciado como mensagem. São esses sistemas que criam um texto coerente tanto em si mesmo quanto com relação ao contexto de situação.

Indo além no estudo das funções, Halliday (2003, p. 17-18) explica que foi preciso reconhecer um quarto componente funcional, o *lógico*, que incorpora os sistemas que estabelecem relações lógico-semânticas entre uma unidade sintagmática e outra. Gramaticalmente, elas criam *complexos oracionais*, sequências de orações ligadas umas às outras para formar uma única unidade. Por se aproximarem em sentido dos sistemas *experienciais*, esses sistemas lógicos foram agrupados a eles sob uma mesma denominação, o que Halliday denominou função *ideacional*.

Explorando essa organização do potencial de significado da linguagem, Halliday diz que ele é “organizado pela gramática em linhas funcionais. (...) no sentido de que a linguagem evoluiu nos contextos funcionais como um aspecto da evolução da espécie humana; e isto determinou a forma como a gramática é organizada” (Halliday 2003, p. 18). Em outro momento, ele explica:

Em aspectos de suas gramáticas ocultas, línguas comuns em seus contextos cotidianos, de senso comum, incorporam interpretações altamente sofisticadas da ordem natural. (...) Diríamos que são esses aspectos, em um **sistema deste tipo aberto e dinâmico**, que constroem a realidade para nós. O sistema deve ser metaestável e multinivelado (“metaredundante”) – ou seja, uma semiótica humana – com a propriedade adicional de ser **metafuncional**: dedicado a significar mais de uma coisa de cada vez, de forma que cada exemplo é ao mesmo tempo reflexão e ação – tanto interpretando o mundo quanto o modificando (Halliday 2003, p. 28).

É o princípio da metaredundância, explica Halliday (2003, p. 131), que garante ser possível introduzir variação em qualquer nível da linguagem sem com isso romper o padrão dos outros níveis do sistema – as mudanças percebidas não são radicais, e sim graduais e contínuas. É possível até mesmo substituir um nível inteiro do sistema desta forma, assinala Halliday; segundo ele, foi isso que aconteceu com o desenvolvimento da escrita:

“A escrita proporcionou uma nova forma de expressão – que podia “realizar” os padrões de conteúdo preexistentes sem perturbá-los. Ao mesmo tempo, a escrita introduziu uma nova interface, outro tipo de instanciação através do qual mudanças no sistema podem ocorrer. A escrita evoluiu no contexto imediato da necessidade de documentação e registro. Mas abriu o caminho para uma teoria alternativa da realidade (Halliday 2003, p. 131).

Halliday afirma (1994, p. xiii) que todas as línguas são organizadas em torno de dois tipos principais de significado, o “ideacional” e o “interpessoal”, que seriam manifestações no sistema linguístico dos dois propósitos mais gerais subjacentes ao uso da linguagem: o propósito de compreender o que está ao nosso redor (ideacional) e o de agir com relação aos outros (interpessoal). A esses dois tipos de significado, com o acréscimo de um terceiro, o textual, Halliday dá a denominação de “metafunções”, para sugerir que a função é um componente inerente da teoria, já que a análise sistêmica mostra que a funcionalidade é **intrínseca** à língua (Halliday e Matthiessen 2004, p. 31). Além disso, em uma gramática funcional, cada elemento de uma língua é explicado através de sua função no sistema linguístico como um todo – cada unidade da língua é explicada como “configurações orgânicas de funções” (Halliday 1994, p. xiii).

Halliday propõe um modelo segundo o qual todas as línguas desempenham *simultaneamente* as três funções – ideacional, interpessoal e textual. Como esse conceito é básico para a compreensão da teoria, cabe analisar mais detalhadamente cada metafunção.

Em primeiro lugar, a linguagem serve para expressar conteúdo; tem uma função representativa, ou, como Halliday prefere chamar, *ideacional*. É através dessa função que o falante/escritor ou o ouvinte/leitor incorpora na língua sua experiência dos fenômenos do mundo real; e isso inclui a experiência do mundo interno de sua própria consciência: suas reações, cognições e percepções. Halliday distingue dois componentes nesta metafunção: o *experiencial* (ligado à construção da experiência) e o *lógico* (ligado às conexões que podem ser feitas entre significados – cf. Halliday e Matthiessen (2004, p. 309-310), Thompson (2004, p. 38-39).

Em segundo lugar, a língua serve ao que ele chama de função *interpessoal*. Aqui, o falante/escritor usa a língua como meio de participar do evento de fala/escrita: a expressão de seus comentários, atitudes e julgamentos pessoais, e também a relação que estabelece entre si mesmo e o ouvinte. O elemento

interpessoal da linguagem, além disso, serve para estabelecer e manter os papéis sociais. A função interpessoal é, portanto, interacional e pessoal.

A terceira função, por sua vez, é instrumental às outras duas: é a função *textual*, relacionada à organização do texto. A função textual não se limita simplesmente ao estabelecimento de relações entre as frases, referindo-se, antes, à organização do discurso (cf. Halliday 2003, p. 17).

Halliday (2002, p. 174), afirma que “*a gramática organiza as opções em alguns conjuntos, dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua*”. Essas opções tomam a forma de uma série de estruturas sistêmicas. As diferentes redes sistêmicas codificam tipos diferentes de significado, ligando-se às diferentes funções da linguagem. Assim, o sistema de *TRANSITIVIDADE*, ligado ao que Halliday denomina função *ideacional*, especifica os papéis dos elementos da oração, como *Ator*, *Meta*, etc., codificando a experiência do mundo; o sistema de *MODO*, ligado à função *interpessoal*, especifica funções como *Sujeito*, *Predicador*, *Complemento*, e portanto diz respeito aos papéis na fala; já o sistema de *TEMA*, que diz respeito à função *textual*, especifica as relações dentro do próprio enunciado, ou entre o enunciado e a situação.

Operações estruturais – inserções de elementos, ordenação, etc. – são explicadas como realizando escolhas sistêmicas; cada sistema – cada momento de escolha paradigmática – contribui para a formação da estrutura (Halliday e Matthiessen 2004, p. 24). Ao analisar um texto, mostramos a organização funcional de sua estrutura, e, portanto, vemos que escolhas formadoras de significado foram feitas, vemos cada uma no contexto do que poderia ter sido dito e não foi.

3.1.1

Metafunção ideacional: Representação do mundo

Da perspectiva ideacional, a linguagem contém um conjunto de recursos para fazer referência a entidades existentes no mundo e às formas como essas entidades interagem ou se relacionam (Thompson, 1996, p. 76). O foco aqui é o ‘conteúdo’ do discurso: que tipos de atividades são empreendidas, e como os participantes dessas atividades são descritos, como são classificados e do que se

compõem (Martin e Rose 2003, p. 66). Em outras palavras, analisa a forma como a nossa experiência da ‘realidade’, material e simbólica, é construída no discurso.

Olhar para a linguagem desta perspectiva equivale a concentrar-se principalmente no “conteúdo” da mensagem, ou seja, na experiência de mundo que a mensagem constrói, conforme afirmam Martin e Rose:

Cada autor representa uma parte da própria experiência, ou da experiência mais geral da sociedade e suas instituições. Essa experiência pode ser representada de diversas perspectivas, por exemplo, como pessoal ou institucional, ou de um ponto de vista pessoal ou do ponto de vista de outros. Em outras palavras, não acreditamos que os significados ideacionais simplesmente traduzam em palavras uma ‘realidade’ preexistente; em vez disso, falantes e escritores constroem sua experiência da realidade como discurso (Martin e Rose 2003, p. 66).

A Transitividade é o sistema gramatical através do qual se dá essa construção: esse é o sistema que permite que a oração seja “uma forma de impor ordem à eterna variação e fluxo de eventos” (Halliday e Matthiessen 2004, p. 170). Como explica Ravelli (2000, p. 44), fazer uma análise do ponto de vista da Transitividade significa buscar como os eventos são representados nas orações, em termos de processos, participantes e circunstâncias, ou seja: que tipos de ações ou acontecimentos estão representados? Que participantes estão envolvidos, e como? Sob que circunstâncias se dão os eventos? O sistema da Transitividade organiza a experiência, e por isso serve como base para a análise feita neste trabalho, que tem como objetivo estudar a representação do jornalista no mundo da mídia.

A realização dos processos se dá, tipicamente, através de grupos verbais; a dos participantes, em geral, através de grupos nominais; e a das circunstâncias, também em geral, através de grupos adverbiais ou sintagmas preposicionados (Thompson, 1996, p. 77).

Como pode ser visto na Figura 1, abaixo, os diferentes tipos de processos podem ser visualmente representados em um círculo, que representa, para Halliday, a construção da experiência pela gramática em um espaço contínuo; as cores servem para ilustrar que há três tipos principais de processo no sistema da Transitividade – materiais, mentais e relacionais –, representados na figura pelas cores azul, amarelo e vermelho, e três tipos secundários – verbais, comportamentais e existenciais –, formados nas fronteiras entre os tipos principais, representados pelas cores laranja, verde e roxo (Halliday e Matthiessen 2004, pg. 171-172).

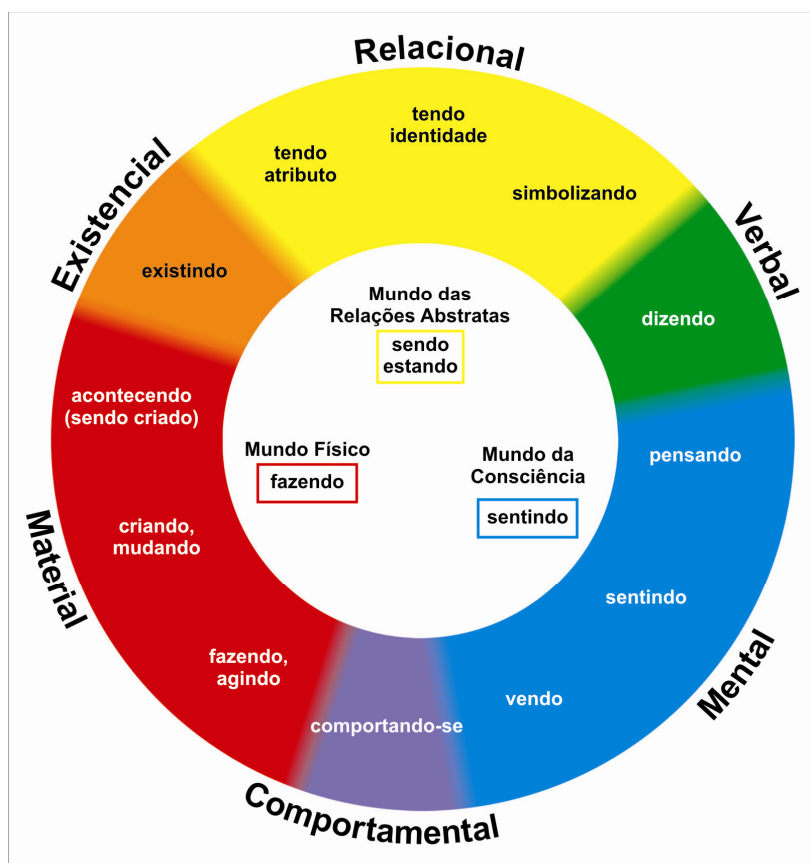


Figura 1 – Tipos de processos¹

Conforme o tipo de processo envolvido, a função semântica exercida pelos participantes varia, por isso é necessária uma análise mais detalhada. A Figura 2 lista os principais participantes dos processos, e a Figura 3 traz alguns exemplos. Uma descrição mais detalhada será feita no capítulo 5.

Processo	Significado geral	Participantes
Material	Fazer / Acontecer	Ator, Meta, Receptor, Alvo
Comportamental	Comportar-se	Comportante
Mental	Sentir / Perceber / Conhecer / Desejar	Experienciador, Fenômeno
Verbal	Dizer	Dizente, Receptor, Alvo, Verbiagem
Relacional	Ser / estar	Portador, Atributo Identificado, Identificador
Existencial	Existir	Existente

Figura 2 – Processos e Participantes²

¹ Halliday 1994, capa

Um jornalista americano	foi expulso do Iraque	pelos marines.
Meta	Processo: Material	Ator

Jornalistas alemães, americanos e ingleses	caem na risada.
Comportante	Processo: Comportamental

Uma testemunha	teria visto	o jornalista subindo no telhado sozinho
Experienciador	Processo: Mental	Fenômeno

Um jornalista	afirmou	que a equipe sofreu para vencer.
Dizente	Processo: Verbal	Verbiagem

Ele	era	um dos mais conceituados jornalistas da rede de TV NBC.
Portador	Processo: Relacional	Atributo

Há	outros 12 jornalistas desaparecidos no Iraque
Processo: Existencial	Existente

Figura 3 – Exemplos de Processos e Participantes³

Os processos e seus participantes estão mais detalhados no Capítulo 5, já que constituem algumas das categorias de análise desta pesquisa.

3.1.2

Metafunção interpessoal: Trocas discursivas

Todo e qualquer texto representa uma interação entre o falante/escritor e o ouvinte/leitor. Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 106), ao falar/escrever, o falante/escritor adota um papel específico, e com isso atribui ao ouvinte/leitor um papel complementar que deseja que ele assuma por sua vez. Por exemplo, ao fazer uma pergunta, o falante assume o papel daquele que busca informação, e demanda que o ouvinte assuma o papel daquele que fornece a informação solicitada.

Os dois tipos fundamentais de papéis de fala, que estão por trás de todos os tipos mais específicos que possam ser reconhecidos, são: o de quem dá e o de quem demanda. O falante/escritor ou dá alguma coisa ao ouvinte/leitor (por exemplo, uma informação) ou demanda algo dele. Considerando que dar pode ser visto como “convidar a receber”, e demandar, como “convidar a dar”, Halliday e

² Adaptada de Halliday e Matthiessen 2004, p. 260.

³ Os exemplos dados aqui foram adaptados do corpus.

Matthiessen (2004, p. 107) consideram que isso explica que a ação de falar/escrever é uma interação: uma troca, em que dar implica receber e demandar implica dar.

Também é fundamental a distinção que relaciona a natureza do que está sendo trocado: bens-e-serviços, ou informação. Se o propósito do que é dito é conseguir que o ouvinte execute uma determinada ação – “Feche a porta.” – ou entregue ao falante um certo objeto – “Passe o sal.” – o que está sendo negociado é estritamente não verbal: é uma troca de bens-e-serviços, na qual a linguagem tem o papel de auxiliar o processo. Mas se o que é dito tem como objetivo fazer com que o ouvinte diga algo ao falante – “Que horas são?” – o que está sendo pedido é informação: a linguagem nesse caso é um fim, não só um meio, e a única resposta esperada é verbal (Halliday e Matthiessen 2004, p. 107)

Combinadas, estas duas variáveis, dar ou demandar, e bens-e-serviços ou informação, definem as quatro funções principais da fala: oferta, ordem, afirmação e pergunta. Essas funções se combinam a um conjunto de respostas desejadas: aceitação da oferta, execução da ordem, reconhecimento da afirmação e resposta à pergunta (id., p. 108). Quando a língua é usada para trocar informações, a oração assume a forma de uma proposição; quando se trata de negociação de bens-e-serviços, a de uma proposta (id, p. 110-111).

O ouvinte, ao passar para o papel do falante, tem opções de como vai reagir: existem diferentes formas de responder a uma pergunta, ou executar uma ordem. Quando o que está em jogo são bens-e-serviços, as escolhas ao alcance do ouvinte são relativamente limitadas: aceitar ou rejeitar a oferta, obedecer ou recusar a ordem (Halliday e Matthiessen 2004, p. 109). Como ressalta Thompson (2004, p. 79), a situação com a língua escrita é um pouco diferente, já que a interação não é face a face e portanto a reação do leitor não pode contribuir para a construção da interação da mesma forma que o faz na fala. Por exemplo, com afirmações (a função a que a linguagem escrita se presta mais facilmente, já que não necessita em princípio de uma reação explícita), a resposta tipicamente esperada é continuar lendo.

3.1.2.1

O sistema de MODO

O principal sistema pelo qual se organiza o significado da oração como interação é o sistema de MODO (Halliday e Matthiessen 2004, p. 106). O sistema oferece três opções primárias de estrutura para cada oração: interrogativa (em que os elementos se organizam como Finito^Sujeito, por exemplo, em inglês, ou, em português, Sujeito^Finito), declarativa (Sujeito^Finito) e imperativa (sem Sujeito nem Finito). Essas opções se aplicam às orações independentes (Thompson 2004, p. 36-37).

O Sujeito fornece algo em referência a que a proposição pode ser afirmada ou negada (Halliday e Matthiessen 2004, p. 117). Sobre o elemento que exerce essa função recai a responsabilidade pela validade da mensagem, ou seja, o Sujeito é o elemento responsável pelo funcionamento da oração como evento interativo (id, ibid).

O Finito é uma função que expressa tempo (p.ex., “tinha” em “tinha feito”) ou modalidade (p.ex., “deveria” em “deveria esperar”) e vem geralmente expressa pelo operador verbal. O Finito e o verbo lexical também podem vir “fundidos” em uma única palavra, o que acontece frequentemente em português, enquanto em inglês, como explicam Halliday e Matthiessen (2004, p. 111), isso acontece quando o verbo está no “simple past” ou “simple present” (tempo), ativo (voz), positivo (polaridade) e neutro (contraste) (p.ex., “demands”).

Juntos, o Sujeito e o Finito constituem um componente da oração denominado Modo – o termo é utilizado com inicial maiúscula, para marcar a diferença do modo verbal⁴. Segundo Thompson (2004, p. 49), o uso da mesma palavra é proposital, já que a presença e a ordenação de Sujeito e Finito é que realizam as escolhas modais.

O elemento Finito circunscreve a proposição, torna-a finita, algo que pode ser discutido (Halliday e Matthiessen 2004, p. 115). Dá a ela um ponto de referência no aqui e agora; relaciona a proposição ao contexto no ato de fala. Duas maneiras de fazer isso existem: uma por referência ao tempo – em termos gramaticais, o que Halliday e Matthiessen (2004, p. 115) chamam “tempo primário”; a outra, por referência ao julgamento do falante – em termos

⁴ Halliday e Matthiessen (2004, p.113) diferenciam pela grafia três acepções diferentes para o termo: “MODO” = sistema; “Modo” = modo oracional; e “modo” = modo verbal.

gramaticais, modalidade. O tempo primário significa passado, presente ou futuro no momento da fala, ou seja, em relação ao “agora” (id., p. 116).

Ainda expresso pelo Finito, existe outro aspecto essencial: a polaridade. Para que uma coisa possa ser discutida, tem de ter polaridade especificada: ou é ou não é (para proposições), ou faça ou não faça (para propostas). O elemento finito também expressa polaridade positiva ou negativa.

Thompson (2004, p. 53) explica que, através do Finito, o falante indica três tipos de posicionamento acerca da validade da proposição: cada um, em princípio, passível de ser aceitado ou rejeitado pelo ouvinte:

- Se a proposição é válida para o tempo presente e a atual situação ou para outros tempos – passado, futuro – ou para situações irreais (tempo).
- Se a proposição tem validade positiva ou negativa (polaridade)
- Qual é o grau de validade da proposição (modalidade).

Halliday e Matthiessen (2004, p. 114-115) distinguem ainda que a categoria gramatical usada caracteristicamente para trocar informação é o indicativo; e nessa categoria, identificam que a expressão característica da afirmação é a afirmativa; a da questão é a interrogativa. Dentro da interrogativa, distinguem ainda entre perguntas polarizadas (sim/não) e perguntas de conteúdo (WH-questions).

Sujeito e Finito constituem o Modo; o restante da oração constitui o Resíduo. Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 121), três tipos de elementos funcionais constituem o resíduo: predicador, complemento e adjunto. Uma oração pode ter apenas um predicador, um ou dois complementos, e alguns adjuntos.

Predicador – Realizado por um grupo verbal menos o operador temporal ou verbal (id, p. 122).

Complemento – um elemento do Resíduo que poderia ser Sujeito mas não é – tipicamente um grupo nominal. Qualquer grupo nominal não atuando como Sujeito é complemento(id, p. 122-123).

Adjunto – Elemento do resíduo que não tem o potencial de ser Sujeito. Tipicamente um grupo adverbial ou sintagma preposicionado. Em termos experienciais, são adjuntos circunstanciais, porque funcionam como as circunstâncias da estrutura transitiva (id, p. 123-124).

Além dos adjuntos circunstanciais, existem dois outros tipos especiais que não ocorrem no Resíduo (id, p. 125). São os adjuntos modais e os adjuntos conjuntivos. Respectivamente, correspondem a adjuntos interpessoais e textuais, por isso ocorrem em lugares diferentes da oração.

Metafunção	Tipo de Adjunto		Localização na estrutura de modo
Experiencial	Circunstancial		No Resíduo
Interpessoal	Modal	Modo	No Modo
		Comentário	
Textual	Conjuntivo		(fora da estrutura de modo)

Figura 4 – Metafunções e Tipos de Adjuntos⁵

Aprofundando o grau de detalhe, Halliday e Matthiessen (2004, p. 126-127) verificam que os **adjuntos modais** podem ser

a) de Modo – intimamente associados a sentidos construídos pelo sistema modal: modalidade, temporalidade, intensidade.

b) de Comentário – menos ligados à gramática modal, são restritos às orações indicativas (que funcionam como proposições) e expressam a atitude do falante em relação à toda a oração.

Já os **adjuntos conjuntivos** são textuais. Podem ocorrer em qualquer lugar da oração, mas não fazem parte do modo nem do resíduo.

Halliday e Matthiessen (2004, p. 133-134) citam ainda **vocativos e expletivos**, elementos que também aparecem na estrutura da oração vista como interação, mas não fazem parte nem do Modo nem do Resíduo, e têm ampla mobilidade dentro da frase.

⁵ Halliday e Matthiessen 2004, p. 125.

3.1.3

Metafunção textual: O Tema e a estrutura da mensagem

Em inglês, a sentença é organizada como mensagem e pode ter um status especial atribuído a uma de suas partes. Um elemento é enunciado como Tema, e depois combinado ao resto – o Rema – para que as duas partes constituam a mensagem (Halliday e Matthiessen 2004, p. 64-65).

Essa escolha de Tema é realizada *durante* o processamento da linguagem, seja falada ou escrita. Quando falamos, existem escolhas possíveis em termos de organização: Que parte da mensagem ressaltar? Que parte merece maior ou menor destaque? Como serão feitas as conexões entre essas partes? Todas estas escolhas levam à organização do texto, que é necessária à compreensão (Ravelli, 2000).

Segundo a definição funcional, o Tema é o ponto de partida da mensagem; é a partir dele que a mensagem se organiza, se estrutura (Halliday 1994, p. 38). A escolha do Tema, portanto, é extremamente significativa. Em inglês, explica o autor, o Tema pode ser identificado pelo critério da posição: o elemento que exerce a função de Tema, coincidentemente, vem em primeiro lugar na oração. Não é assim em todas as línguas: em japonês, por exemplo, o Tema é assinalado pelo posicionamento de uma partícula especial (id., p. 37).

Além disso, os textos seguem padrões quanto aos elementos que assumirão as posições iniciais. Numa oração declarativa, por exemplo, o padrão típico é aquele em que o Tema coincide com o Sujeito, porque o Sujeito é geralmente o ponto de partida de uma mensagem; portanto, a coincidência de Tema e Sujeito pode ser considerada um Tema **NÃO MARCADO**. Qualquer outra configuração – outro elemento da mensagem posicionado como Tema – é descrita como um Tema **MARCADO** (id, p. 43). O Tema marcado indica a necessidade de enfatizar algum outro elemento da informação. Hawad (2002, p. 52) lembra que, se a língua oferece, como o português, uma relativa liberdade de organização dos elementos na oração, a escolha do elemento em posição inicial oferece maior potencial de construção de diferentes significados.

Os exemplos abaixo mostram diversas construções possíveis para um enunciado, a partir de escolhas temáticas diferentes, conforme se deseje ressaltar um ou outro elemento da mensagem.

Ex:

O jornalista argentino free-lancer Mario Podestá, 51, morreu ontem em um acidente de carro na estrada entre Amã, na Jordânia, e Bagdá, a cerca de 50 km da capital iraquiana.

Morreu ontem em um acidente de carro na estrada entre Amã, na Jordânia, e Bagdá, a cerca de 50 km da capital iraquiana, o jornalista argentino free-lancer Mario Podestá, 51.

Mario Podestá, 51, jornalista argentino free-lancer, morreu ontem em um acidente de carro na estrada entre Amã, na Jordânia, e Bagdá, a cerca de 50 km da capital iraquiana.

Em um acidente de carro na estrada entre Amã, na Jordânia, e Bagdá, a cerca de 50 km da capital iraquiana, morreu ontem o jornalista argentino free-lancer Mario Podestá, 51.

A cerca de 50 km da capital iraquiana, na estrada entre Amã, na Jordânia, e Bagdá, o jornalista argentino free-lancer Mario Podestá, 51, morreu ontem em um acidente de carro.

3.2 Recapitulando

Como resumem Martin e White (2005, p. 7), recursos ideacionais são ligados à construção da experiência: o que está acontecendo, inclusive quem está fazendo o que a quem, onde, quando, por que e como, e a relação lógica de um acontecimento com outro. Recursos interpessoais estão ligados à negociação de relações sociais: como as pessoas estão interagindo, inclusive os sentimentos que elas tentam compartilhar. Recursos textuais estão ligados ao fluxo da mensagem: as formas como os significados ideacionais e interpessoais são organizados.

Mais uma vez, é importante lembrar que, na concepção de Halliday, as metafunções estão presentes na língua simultaneamente, em todos os momentos. Fazer uma análise voltada para o aspecto da Transitividade não significa considerá-lo mais relevante no corpus que os fatores interacionais ou textuais, e

assim por diante. Como foi dito na introdução, a análise apresentada neste trabalho vai buscar analisar aspectos da transitividade – os jornalistas são associados a quais processos, assumindo o papel de que participantes – para verificar que imagem do jornalista implicam essas opções.

Para encerrar, outra ressalva: a gama da experiência humana é por natureza altamente indeterminada. Halliday e Matthiessen (2004, p. 173) falam no “princípio da indeterminação sistêmica”: os tipos de processos são categorias indefinidas [*fuzzy*]; nas fronteiras entre eles, existem como que “áreas de sombra”. O sistema que descreve a maneira como os fenômenos da nossa experiência do mundo são construídos como estruturas linguísticas não se pretende preto-e-branco, e admite tons de cinza.